Lição 4: A Prudência

> *Acerca da prudência, porém, deste modo assim consideremos, examinando aqueles que dizemos prudentes. [1161]*
>
> *Ora, parece pertencer ao prudente poder aconselhar-se bem acerca das coisas boas e proveitosas para si mesmo, não segundo uma parte, por exemplo quais são úteis para a saúde ou para a força, mas para o bem viver por inteiro. [1162]*
>
> *E o sinal disto é que dizemos alguns prudentes também acerca de alguma coisa, quando raciocinam bem em vista de algum fim honesto acerca de coisas das quais não há arte. Por isso também será totalmente prudente aquele que é apto a aconselhar. [1163]*
>
> *Ora, ninguém se aconselha acerca das coisas impossíveis de comportar-se de outro modo, nem acerca das que não é possível a ele próprio agir. Por isso, se a ciência é com demonstração, mas daquelas coisas cujos princípios podem comportar-se de outro modo não há demonstração, pois todas podem também comportar-se de outro modo, e não é possível aconselhar-se acerca daquelas coisas que são por necessidade, então a prudência não será ciência nem arte. Ciência não é, porque o agível pode comportar-se de outro modo; arte não é, porque é outro o gênero da ação e da feitura. [1164]*
>
> *Resta, portanto, que ela seja um hábito ativo com razão verdadeira acerca das coisas boas e más para o homem. [1166]*
>
> *Com efeito, o fim da produção é algo distinto dela; mas o da ação nem sempre o é, pois a própria boa operação é o seu fim. [1167]*
>
> *Por isso julgamos que Péricles e outros semelhantes são prudentes, porque podem discernir o que é bom para si mesmos e para os outros; e consideramos que tais são os econômicos e os políticos. [1168]*
>
> *Daí também chamarmos a temperança por este nome, como aquela que salva a prudência. E ela salva tal estimação. Pois não corrompe nem perverte toda estimação por meio do deleitável e do triste, como, por exemplo, que o triângulo tenha ou não tenha dois ângulos iguais a dois retos, mas aquelas que dizem respeito ao operável. Com efeito, os princípios dos operáveis são aquilo em vista do que se realizam os operáveis; e, corrompido o homem pelo deleite ou pela tristeza, logo não lhe aparecerá o princípio, nem que se deva escolher e operar*

> *tudo em vista dele e por causa dele. Pois a malícia é corruptiva do princípio. Por isso, é necessário que a prudência seja um hábito com razão verdadeira, operativo acerca dos bens humanos. [1169]*
>
> *Contudo, da arte existe uma virtude, mas da prudência não existe. [1172]*
>
> *E na arte, quem peca voluntariamente é mais digno de preferência; mas quanto à prudência, é menos, como também quanto às virtudes. É manifesto, pois, que ela é uma certa virtude e não uma arte. [1173]*
>
> *Ora, havendo duas partes da alma que possuem razão, a prudência será virtude de uma delas, a opinativa; pois a opinião versa sobre o que pode ser de outro modo, assim como a prudência. Contudo, ela não é apenas um hábito com razão. E o sinal disso é que tal hábito pode cair no esquecimento, mas o da prudência não. [1174]*

1161. ***Quanto à prudência, porém, assim a tomemos*** etc. Depois que o Filósofo determinou acerca da arte, aqui determina acerca da prudência.

E primeiro mostra o que é a prudência;

segundo mostra qual é o seu sujeito, ali: ***havendo duas partes*** etc.

Acerca do primeiro faz duas coisas:

primeiro mostra o que é a prudência;

segundo mostra sua diferença em relação à arte quanto à noção de virtude, ali: ***contudo, da arte*** etc.

Acerca do primeiro faz duas coisas:

primeiro mostra quem é o prudente;

segundo, o que é a prudência, ali: ***ninguém, porém, delibera*** etc.

Acerca do primeiro faz três coisas.

Primeiro determina o modo de proceder. E diz que se deve tomar a prudência, quanto ao que ela é, considerando quais são chamados prudentes.

1162. Segundo, ali: ***parece, porém, próprio do prudente*** etc., mostra quais são os prudentes. E diz que ao prudente parece pertencer que seja capaz, pela faculdade do hábito, de deliberar bem acerca dos próprios bens e do que é útil, não em algum negócio particular, como, por exemplo, quais bens ou coisas úteis conduzem à saúde ou à fortaleza corporal, mas acerca daquelas coisas que são boas e úteis para que toda a vida humana seja boa.

1163. Terceiro, ali: ***e o sinal disso*** etc., manifesta o que foi dito por meio de um sinal. A saber, porque não são chamados prudentes absolutamente, mas acerca de algo determinado, aqueles que podem raciocinar bem sobre as coisas que são boas e úteis para algum fim determinado, contanto que esse fim seja bom; pois raciocinar sobre as coisas que pertencem a um fim mau é contrário à prudência, e contanto que isso seja acerca daquelas coisas das quais não há arte, pois raciocinar bem sobre coisas deste tipo não pertence à prudência, mas à arte. Se, pois, aquele que delibera bem acerca de algo particular é prudente particularmente em algum negócio, segue-se que é totalmente e absolutamente prudente aquele que delibera bem sobre as coisas que pertencem a toda a vida.

1164. Em seguida, quando diz ***ninguém, porém, delibera*** etc., mostra o que é a prudência.

E primeiro põe a definição da prudência;

segundo a manifesta por meio de sinais, ali: ***por isso, Péricles e outros semelhantes*** etc.

Acerca do primeiro faz três coisas:

primeiro mostra, a partir do que foi dito, a diferença da prudência em relação aos outros hábitos acima expostos, a saber, a ciência e a arte;

segundo conclui a definição da prudência, ali: ***resta, portanto*** etc.;

terceiro atribui a razão de algo que havia dito, ali: ***com efeito, da produção*** etc.

Diz, pois, primeiro que ninguém delibera nem sobre as coisas que são absolutamente impossíveis de ser de outro modo, nem sobre as coisas que lhe são impossíveis de realizar. Tomemos, pois, o que foi dito acima, a saber, que a ciência se dá por demonstração e, ainda, que a demonstração não pode versar sobre coisas cujos princípios podem ser de outro modo, pois, se os princípios podem ser de outro modo, também tudo o que deles decorre pode ser de outro modo (não pode acontecer, com efeito, que os princípios tenham ser mais débil do que aquilo que deles procede); juntemos, porém, a isso o que agora foi dito, a saber, que a deliberação não versa sobre as coisas que são por necessidade e que a prudência versa sobre as coisas deliberáveis, pois foi dito acima que é próprio do prudente deliberar bem; de tudo isso segue-se que a prudência não é nem ciência nem arte.

1165. E que não seja ciência, é patente por isto: que as coisas agíveis, sobre as quais versa a deliberação e acerca das quais versa a prudência, podem ser de outro modo, e sobre tais coisas não há ciência; e que a prudência não seja arte, é patente por isto: que é diferente o gênero da ação e o da produção, donde a prudência, que versa sobre as ações, difere da arte, que versa sobre as produções.

1166. Em seguida, quando diz: *resta, portanto* etc., conclui das premissas a definição da prudência. E diz que, uma vez que a prudência não é ciência, que é hábito demonstrativo acerca das coisas necessárias, e não é arte, que é hábito produtivo com razão, resta que a prudência seja um hábito ativo com razão verdadeira, não acerca das coisas produzíveis, que estão fora do homem, mas acerca dos bens e males do próprio homem.

1167. Em seguida, quando diz: ***com efeito, da produção*** etc., atribui a razão daquilo que havia dito, a saber, que a prudência é um hábito ativo acerca dos bens e males do homem. Com efeito, é manifesto que o fim da produção é sempre algo distinto da própria produção, assim como o fim da edificação é o edifício construído, do que é patente que o bem da própria produção não está no que produz, mas no produzido; assim, pois, a arte, que versa sobre as produções, não versa sobre os bens ou males do homem, mas sobre os bens ou males das coisas fabricadas. Mas o fim da ação nem sempre é algo distinto da ação, pois às vezes a boa operação, isto é, a boa ação, é o fim para ela mesma, ou também para o agente; o que, contudo, não é sempre, pois nada impede que uma ação se ordene a outra como a um fim, assim como a consideração dos efeitos se ordena à consideração da causa; ora, o fim é o bem de cada coisa, e assim é patente que o bem da ação está no próprio agente; donde a prudência, que versa sobre as ações, diz-se versar sobre os bens do homem.

1168. Em seguida, quando diz: ***por isso, Péricles*** etc., manifesta a definição proposta por dois sinais.

O primeiro deles é que, porque a prudência versa sobre os bens e males do homem, por isso julgamos que um certo indivíduo chamado Péricles e outros semelhantes são prudentes, pelo fato de poderem considerar quais sejam os bens não apenas para si mesmos, mas também para os outros; e a tais, isto é, aos que podem discernir os bens para si e para os outros, julgamos econômicos, ou seja, administradores de casas, e políticos, ou seja, governantes de cidades.

1169. O segundo sinal ele põe ali: ***daí também a temperança*** etc. E diz que, porque a prudência versa sobre os bens ou males agíveis, disso resulta que a temperança se chama em grego sophrosýne, como que salvando a mente, da qual também a prudência se diz phrónesis. Ora, a temperança, enquanto modera os deleites e as tristezas do tato, salva tal estimação, a saber, aquela que versa sobre os agíveis, que são os bens ou males do homem. E isso é patente pelo contrário, pois o deleitável e o triste, que a temperança modera, não corrompe, isto é, totalmente, nem perverte, conduzindo ao contrário, qualquer estimação, por exemplo, a especulativa, a saber, que o triângulo tenha ou não tenha três ângulos iguais a dois retos, mas o deleite e a tristeza corrompem e pervertem as estimações que versam sobre os juízos dos operáveis.

1170. De que modo se dá tal corrupção, ele mostra em seguida. Com efeito, é manifesto que os princípios dos operáveis são os fins em vista dos quais se fazem os operáveis, os quais se comportam nos operáveis assim como os princípios nas coisas demonstráveis, como se tem no segundo livro da Física; quando, porém, há um deleite ou uma tristeza veemente, parece ao homem que o melhor é aquilo por meio do qual segue o deleite e foge da tristeza, e assim, corrompido o juízo da razão, não aparece ao homem o verdadeiro fim, que é o princípio da prudência existente acerca dos operáveis, nem o apetece, nem tampouco lhe parece que se deva escolher e operar tudo em vista do verdadeiro fim, mas antes em vista do deleitável. Pois qualquer malícia, isto é, hábito vicioso, corrompe o princípio, enquanto corrompe a reta estimação sobre o fim; e a temperança impede ao máximo essa corrupção.

1171. E assim conclui, a partir dos sinais mencionados, que é necessário que a prudência seja um hábito operativo acerca dos bens humanos, com razão verdadeira.

1172. Em seguida, quando diz: *contudo, da arte* etc., mostra uma dupla diferença entre a arte e a prudência segundo a noção de virtude humana.

A primeira delas é que, acerca da arte, requer-se a virtude moral, a saber, aquela que retifica o seu uso; pois pode acontecer que alguém tenha o hábito da arte pelo qual pode edificar uma boa casa, e todavia não o queira por causa de alguma outra malícia; mas a virtude moral, por exemplo, a justiça, faz com que o artífice use retamente da sua arte. Mas, acerca do uso da prudência, não se requer alguma virtude moral; pois foi dito que os princípios da prudência são os fins, acerca dos quais se conserva a retidão do juízo pelas virtudes morais; donde a prudência, que versa sobre os bens humanos, tem necessariamente consigo unidas as virtudes morais, como aquelas que salvam os seus princípios; não, porém, a arte, que versa sobre os bens exteriores, mas, depois de já se ter a arte, requer-se ainda a virtude moral, que retifique o seu uso.

1173. A segunda diferença ele põe ali: ***e na arte, de fato*** etc. Com efeito, é manifesto que, se alguém peca na arte por sua própria vontade, é reputado melhor artífice do que se não o fizesse espontaneamente, porque então pareceria proceder de imperícia da arte; como é patente naqueles que falam incorretamente por sua própria vontade. Mas, acerca da prudência, é menos louvado quem peca voluntariamente do que quem peca involuntariamente, assim como também acerca das virtudes morais, e isso porque para a prudência se requer a retidão do apetite acerca dos fins, para que lhe estejam salvos os seus princípios. Do que é patente que a prudência não é arte, como que consistindo apenas na verdade da razão, mas é virtude à maneira das virtudes morais, requerendo a retidão do apetite.

1174. Em seguida, quando diz: ***havendo duas partes*** etc., mostra qual é o sujeito da prudência. E diz que, sendo duas as partes da alma racional, das quais uma se chama científica e a outra raciocinativa ou opinativa, é manifesto que a prudência é virtude de uma destas, a saber, da opinativa; pois a opinião versa sobre as coisas que podem ser de outro modo, assim como também a prudência. E, contudo, embora a prudência esteja nesta parte da razão como em seu sujeito, razão pela qual se diz virtude intelectual, todavia ela não é apenas com a razão, como a arte ou a ciência, mas requer a retidão do apetite. E o sinal disso é que o hábito que está apenas na razão pode ser entregue ao esquecimento, como a arte e a ciência, a não ser que seja um hábito natural, como o intelecto; a prudência não é entregue ao esquecimento pelo desuso, mas é abolida quando cessa o apetite reto, o qual, enquanto permanece, faz com que a razão se exercite continuamente acerca das coisas que são da prudência, de modo que o esquecimento não pode insinuar-se.

Revision #2
Created 11 October 2026 19:06:26 by Admin
Updated 17 October 2026 12:14:07 by Admin